



# ASSECOR NOTÍCIAS

Abril de 2015 - Número 34

**Pág. 2** Comemoração aos 44 anos de criação da SOF

RBPO recebe artigos

**Pág. 3** 4ª Conferência Nacional das Carreiras Típicas de Estado

Ministro do Planejamento divulga calendário de negociação

**Pág. 4** Uma agenda de futuro para o governo sair da defensiva

## Assecor publica enquete para avaliação dos serviços prestados

Desde o dia 9 de março, a Assecor está realizando no site [www.assecor.org.br](http://www.assecor.org.br) uma enquete que objetiva avaliar cada área de serviços oferecidos aos associados. Além disso, estão sendo consultados os ex-associados sobre os motivos da desfiliação e quais as melhorias necessárias para que o servidor da Carreira se associe novamente. Outros públicos da enquete são àqueles Analistas e Técnicos de Planejamento e Orçamento que nunca se associaram.

Atualmente, a Assecor disponibiliza atendimentos no Consultório odontológico, descontos com empresas conveniadas, além de eventos como o seminário e a festa de confraternização. Mas para que a qualidade venha a ser aumentada pedimos sua colaboração e comentários em nossa enquete. A Assecor enfatiza a necessidade de sua participação. Só assim poderemos saber sobre suas sugestões ou reclamações. Acesse o site e responda à enquete. Caso não consiga responder pelo computador, entre em contato em nosso telefone 3274-3132.

## Comemoração aos 44 anos de criação da SOF

Foi realizada no dia 17 de março a comemoração aos 44 anos de criação da SOF/MP e a entrega do VII Prêmio SOF de Monografias. A cerimônia contou com a presença da secretária de Orçamento Federal, Esther Dweck e de outras autoridades que compunham a mesa, como o secretário Executivo do Planejamento, Dyogo Oliveira, e o secretário Executivo do MEC, Luiz Cláudio Costa.

A Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão entregou durante o evento prêmio referente aos Relevantes Serviços Prestados em 2015, Amigos da SOF e Servidor Destaque, que teve como homenageado o associado da Assecor, Franselmo Araújo Costa.

O VII Prêmio SOF de Monografias é uma iniciativa da SOF/MP, que busca estimular a reflexão e a pesquisa sobre temas orçamentários, contribuindo para aperfeiçoar a qualidade do orçamento federal e tornar mais eficiente a alocação de recursos públicos. O Prêmio foi realizado pela Escola de Administração Fazendária – Esaf, patrocinado pelo Banco do Brasil – BB e com o apoio da Associação Brasileira de Orçamento Público – ABOP.

## RBPO recebe artigos

A equipe editorial da Revista Brasileira de Planejamento e Orçamento (RBPO) está recebendo artigos para a próxima edição. Os interessados em publicar devem enviar seus trabalhos para [rbpo@assecor.org.br](mailto:rbpo@assecor.org.br).

A publicação tem o objetivo de se tornar um importante espaço de divulgação de trabalhos na área de Planejamento e Orçamento, além de valorizar a Carreira.

Participe da próxima edição da RBPO, envie o seu artigo. Confira as regras de participação no site [www.assecor.org.br](http://www.assecor.org.br).

## Expediente

Presidente: **Márcio Gimene**

Vice-presidente: **Daniel Aguiar**

Jornalista responsável: **Natália Pereira (MTB 65414/DF)**

Projeto gráfico: **Curupira Desing**

Gerência administrativa: **Valdinéa Brito**

Atendimento: **Jason Oliveira, Iracema Guedes**

Apoio administrativo: **Samuel Reis**

Uma publicação da  
**ASSECOR - Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Planejamento e Orçamento**

SEPN Qd.509 Ed. Isis 1.º Andar Sala 114  
Asa Norte - Brasília/DF - CEP. 70750-504  
Fone/Fax: (61) 3340-0195 / 3274-3132



[www.assecor.org.br](http://www.assecor.org.br)



[facebook.com/assecor](https://facebook.com/assecor)



[twitter.com/assecor](https://twitter.com/assecor)

**RBPO**  
REVISTA BRASILEIRA DE  
PLANEJAMENTO  
E ORÇAMENTO

Volume 4 - Número 2

2014

## 4ª Conferência Nacional das Carreiras Típicas de Estado

O tema da 4ª Conferência Nacional das Carreiras Típicas de Estado será: "Agenda de desenvolvimento e qualidade do serviço público". O evento será realizado nos dias 16 e 17 de junho de 2015 no auditório da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC), em Brasília. O tradicional encontro promovido pelo Fórum das Carreiras de Estado tem o objetivo de refletir o desenvolvimento das carreiras, promovendo a qualidade do serviço público e a valorização das funções públicas.

Estão previstos debates sobre "Desafios da gestão do serviço público"; "Estratégias de desenvolvimento e o papel do Estado"; "Concurso público e qualificação permanente dos servidores"; "Direitos do trabalhador do Serviço Público"; e "Ética e reforma política".

### LOCAL

O Centro de Eventos da CNTC está localizado no centro da cidade, a vinte minutos do Aeroporto Internacional de Brasília, próximo ao Setor Hoteleiro Sul, Shoppings e principais pontos administrativos, legislativos e executivos do Distrito Federal. O local também possui estacionamento coberto para os participantes do evento.

### INSCRIÇÕES

Para se inscrever e conferir a programação completa, basta acessar o site [www.foncate.org.br](http://www.foncate.org.br).

## Ministro do Planejamento divulga calendário de negociação

No dia 20 de março foi realizada a reunião com a presença do Ministro do Planejamento - Nelson Barbosa, do Secretário de Relações de Trabalho no Serviço Público - Sérgio Mendonça e de representantes de 48 entidades e 8 centrais sindicais, com o propósito de ser discutido a conjuntura econômica e das diretrizes para o processo de negociação com as entidades nacionais representativas dos servidores federais. A reunião contou também com a presença do Vice Presidente da Assecor, Daniel Aguiar, e a Diretora de Carreira, Elisa Malafaia.

A reunião foi aberta com o Nelson Barbosa, onde apresentou o calendário de negociação coletiva com os servidores públicos federais, que prevê a convocação das entidades a partir de maio. O Ministro informou sobre o início das negociações deste ano e reafirmou que o governo tem tomado providências que buscam a recuperação gradual do reequilíbrio fiscal como, por exemplo, a revisão de desonerações e de programas. Durante o encontro, foi mostrado também um gráfico com a série histórica do Resultado Primário da União, Estados e Municípios, que apresentava o resultado negativo do ano de 2014 e os objetivos para o período de 2015-2017.

Então, foi esclarecido que é nesse contexto de reequilíbrio fiscal que serão iniciadas as negociações sobre a folha de pagamento. Os gastos de 2015 já estavam determinados pela Lei Orçamentária anual, com as negociações para o ano de 2016 e seguintes. Pronunciou que os acréscimos nos gastos das folhas de

pagamento são decorrentes no crescimento vegetativo, causado pelas progressões dos servidores de uma carreira garantida por lei, da realização de novos concursos públicos e aumentos salariais.

Para encerrar, apontou três formas onde deveriam ser válidas no processo de negociação: a interlocução deverá ser definida; há a intenção de redução gradual da relação gastos com a folha de pagamento e produto interno bruto (PIB); acordos para serem plurianuais.

No seguimento, foi dada a oportunidade das entidades convidadas se pronunciarem frisando os pontos sobre o reajuste, tanto salarial, como auxílio de alimentação, transportes e diárias. Algumas entidades aproveitaram para apresentar a demanda de regulamentação do adicional de fronteira e a denúncia de perseguição empreendida no âmbito do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), com cortes de ramais, processos, demissões por opiniões e movimentos dos representantes da classe, que aconteceram justamente pela falta de regulamentação. No término da apresentação de emendas das entidades, o Ministro reforçou a necessidade do ajuste, mostrando disposição em responder a questionamentos sobre os gastos de juros em relação ao PIB, informando que mais de 1% era gasto como desonerações e empréstimos subsidiados do BNDES. O cálculo de 27,3% de reajuste foi questionado e então, informou que este cálculo varia de acordo com o período que se utiliza, mostrando que esse valor seria irreal.

# Uma agenda de futuro para o governo sair da defensiva

Por Márcio Gimene e Leandro Freitas Couto

O momento de crise traz a oportunidade para o Governo Federal apresentar ao País a discussão de um plano para os próximos quatro anos, o Plano Plurianual (PPA). E com ele, mobilizar a sociedade em torno de uma agenda comum de desenvolvimento.

As ruas se fizeram ouvir, mas ainda não está claro se os dirigentes do Governo Federal conseguiram escutar o que dizia a multidão que tomou as ruas do País no último dia 15 de março.

Toda crise é também uma oportunidade. No caso das últimas manifestações, pouco adianta lamentar os apelos pontuais por uma intervenção militar. Da mesma forma, pacotes anticorrupção e a reiteração da necessidade de uma ampla reforma política são respostas insuficientes para acalmar a insatisfação social.

São necessárias medidas estruturais integradas a um projeto amplo de desenvolvimento, que desperte no conjunto da sociedade a esperança de dias melhores.

Não é cortando gastos públicos que esta esperança será desperta. Até porque grande parte dos desajustes verificados nos últimos meses se devem mais à queda na receita, resultante da combinação entre baixo crescimento e controversas desonerações tributárias, do que a uma imaginária ganância desenfreada do setor público.

Ao acolher o diagnóstico derrotado nas urnas em 2014, o Governo Federal ficou sem discurso. Afinal, não eram os candidatos opositores que pretendiam seguir o receituário neoliberal? Em 2003 e 2011 perdemos o bonde da história nos rendendo ao discurso fácil do controle de gastos, como se este fosse o problema central a ser enfrentado pelos órgãos públicos.

Paradigma alternativo, em 2007 o então presidente reeleito dedicou seu primeiro ano de mandato para convocar os agentes públicos e privados a contribuírem com a aceleração do crescimento. Ainda que naquele momento o Programa de Aceleração do Crescimento não fosse muito mais do que o agrupamento de projetos já existentes, a sinalização presidencial de que eles dispunham de fluxo garantido de recursos foi suficiente para motivar o setor privado e os governos municipais e estaduais a acelerarem seus investimentos.

Veio a maior crise financeira desde 1929 e empregadores e empregados seguraram as pontas, confiantes que o setor público não os abandonaria.

Em 2003 e 2011 qual foi o recado no primeiro ano de mandato? “Precisamos cortar gastos. Sofrer no presente para colher os frutos no futuro”. Acontece que a metáfora da dor, quando aplicada ao setor público, acaba se tornando uma profecia autorrealizável.

Em 2005 veio o escândalo do mensalão. Em 2013 vieram as maiores manifestações de rua dos últimos tempos. E já agora, em 2015, as insatisfações sociais se fazem novamente ouvir diante da falta de perspectivas ensejadas pelo ajuste recessivo que se avizinha.

Preferências partidárias à parte, temos um problema objetivo pela frente: como retomar a trajetória de crescimento econômico com inclusão social?

O momento de crise traz a oportunidade para o Governo Federal apresentar ao País a discussão de um plano para os próximos quatro anos. O Plano Plurianual (PPA), conforme determina a Constituição Federal, pode ser o marco de um pacto federativo e social, em que se propõem objetivos e estabelecem metas que mobilizem a sociedade e os entes federados em torno de uma agenda comum de desenvolvimento.

De forma um tanto improvisada foi isso o que aconteceu em 2007 com o lançamento do PAC. Agora temos a oportunidade de avançar recolocando o planejamento governamental no centro da agenda pública, com uma perspectiva de participação social alicerçada nas ferramentas de comunicação disponíveis, abertas a toda a sociedade.

É com planejamento conjunto, e não com cardápio de obras e pacotes emergenciais que os agentes privados e os governos estaduais e municipais se habilitam a participar da construção do novo.

Quais as grandes metas que a sociedade gostaria de ver alcançadas na educação, saúde, indústria, segurança, a nível nacional e em cada estado, que orientem as ações dos governos e dos investimentos privados?

A agenda do controle de gastos já se mostrou insuficiente, se não contrária, aos grandes desafios brasileiros. Não é em sua defesa que o povo foi às ruas. De outro lado, um governo autossuficiente, arredio ao diálogo e à cooperação tampouco é de serventia diante dos desafios que nos aguardam.

Ainda está em tempo de o Governo sair da defensiva. O processo de elaboração do próximo PPA e dos orçamentos anuais é uma ótima oportunidade nesta direção.